

Folha de S. Paulo

Gás põe plano energético do país em xeque

Brasil está no limite da oferta, e mercado já estima déficit; preço alto e racionamento são riscos

FERNANDO CANZIAN - DA REPORTAGEM LOCAL

O Brasil já está no limite da oferta de gás e deve ter déficit de 8 milhões de m³/dia (cerca de 10% da demanda) daqui a quatro anos. Caso o governo cumpra a decisão de desestimular o consumo do gás por causa da crise com a Bolívia, o problema pode ser outro: energia mais cara ou a falta dela.

A Bolívia também está no limite de sua capacidade de produção de gás e, sem novos investimentos, estima um déficit de 12 milhões de m³/dia nos seus compromissos contratuais, inclusive com o Brasil (ver texto à pág. B3).

Na semana passada, a Folha ouviu 12 especialistas do setor de energia e gás. Há unanimidade em torno de dois pontos:

- 1) mesmo que a Petrobras assuma o aumento de preço do gás boliviano, a energia no Brasil tende a ficar mais cara, com possibilidade crescente de racionamento e; 2) o governo deve reconsiderar seu Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (2006 a 2015), visto como "otimista demais" para a ampliação de hidrelétricas.

"O governo adota uma estratégia de altíssimo risco para o futuro do setor elétrico", resume relatório da **CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica)**, que reúne as maiores empresas privadas do setor.

O presidente da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), Maurício Tolmasquim, responsável pelo Plano Decenal do Ministério das Minas e Energia, discorda.

"Não existe nenhum risco de racionamento, e o preço da energia não deve aumentar, pois a oferta já foi contratada e os contratos são de longo prazo", afirma.

Tolmasquim também diverge das estimativas pessimistas do mercado e diz que os estudos do governo são "completos". Mas ele reconhece, no entanto, que os novos contratos de gás natural podem conter aumentos.

Segundo empresários e especialistas, não há investimentos suficientes hoje em hidrelétricas no país para suprir a demanda total por energia a médio prazo. Problemas ambientais e um preço de compra de energia pelo governo considerado irrealista vêm afastando os investidores privados das obras em novas hidrelétricas.

Por isso o Brasil precisa do gás, que tende a ter um peso específico crescente na matriz energética.

No último leilão público de "energia nova" para suprir a demanda futura (entre 2008 e 2010), 70% do pregão foi dominado pelas fontes térmicas, que contam especialmente com o gás. Só os 30% restantes ficaram por conta das hidrelétricas.

Novas concessões

O desinteresse das empresas privadas por investir em futuras barragens ficou patente quando elas se comprometeram a gerar apenas um terço da energia hidrelétrica de novas usinas. As estatais tiveram que assumir a maior parte dos novos empreendimentos. No total, das 23 concessões autorizadas entre 2000 e 2001 para a construção de novas hidrelétricas no Brasil, nenhuma saiu ainda do papel. Por outro lado, várias termoeletricas foram iniciadas e concluídas a partir de 2001.

Tolmasquim prevê uma participação da energia termoeletrica em 23% da matriz nacional. O Brasil contava com uma ampliação de 15 milhões de m³/dia da oferta de gás da Bolívia até 2009 para ajustar a matriz energética e evitar alta nos preços ou o racionamento. Para isso, o fluxo no

Gasbol (gasoduto Brasil-Bolívia) deveria passar da atual capacidade total de 30 milhões de m³/dia para 45 milhões de m³/dia.

Agora, a nacionalização na Bolívia suspendeu os planos da Petrobras de investir na ampliação. Na visão do mercado, a decisão do presidente Evo Morales também deixou exposto o tamanho da dependência energética que o Brasil tem em relação à Bolívia.

O Brasil consome atualmente 50 milhões de m³/dia de gás (26 mi de m³/dia são produzidos aqui e 24 mi de m³ vêm da Bolívia), segundo dados da Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres).

A expectativa é que essa demanda dobre até o final de 2009. Dos 100 milhões de m³/dia previstos, o Brasil poderia atender até 62 milhões de m³/dia com mais produção própria, principalmente no campo de Mexilhão (na Bacia de Santos), segundo a Abrace.

O restante teria de vir da Bolívia após mais investimentos da Petrobras no Gasbol. Diante da dependência das térmicas e da perspectiva de um gás mais caro ou em falta, o país pode queimar outros combustíveis em algumas termoelétricas. Nesse caso, o diesel é considerado totalmente antieconômico por ter um custo quase duas vezes superior ao do gás na geração de energia.

O uso de óleo combustível gerado em processo de refino de petróleo (algo que vem sendo diminuído ano a ano) é mais barato, mas só pode ser considerado emergencial em função dos impactos ambientais que causaria em uma utilização continuada.